

O RETORNO ÀS SALAS DE AULA, COMO SERÁ?

Geiser W. Barreto Jonusan¹

UEMS

Juliana Cristina Ribeiro da Silva²

UEMS

RESUMO: a proposta neste texto é desenvolver algumas análises na ordem das discursividades sobre os planos de políticas educacionais, sem se referir a sentidos de mérito da crítica pela crítica, movimento “pobre” de reflexão, calcado no senso comum, porém com certa circulação atuante de alguma forma na nossa realidade nacional. Exporemos algumas demandas de sentidos às necessidades das escolas e salas de aulas, discursos desses espaços, referente à posição sujeito dos profissionais e dos estudantes, neste aspecto, quais seriam as metáforas sobre discursos de idealizações para eles? Como seriam se retornassem em outra “realidade”?

Palavras-chave: Discurso, Pandemia, Covid-19, Volta às Aulas.

Abstract: the proposal in this text is to develop some analyzes in the order of discursivities about educational policy plans, without referring to meanings of merit of criticism for the sake of criticism, a “poor” movement of reflection, based on common sense, but with a certain active circulation of in some way in our national reality. We will expose some demands of meaning to the needs of schools and classrooms, discourses of these spaces, referring to the subject position of professionals and students, in this aspect, what would be the metaphors about idealization discourses for them? What would it be like if they returned in another “reality”?

Keywords: Speech, Pandemic, Covid-19, Back to School.

Introdução

É sabido que as “discursividades” (ORLANDI, 1999) a respeito das realidades jamais serão as mesmas ou com os mesmos “sentidos” (PÊCHEUX, 1997), que todas as bases sofreram “deslocamentos” (ORLANDI, 1999), ou seja, elas foram alteradas, estruturas danificadas e o sentido de incômodo “assombraram” todas as esferas sociais em processo de reverberação de sentidos como um “acontecimento” (PÊCHEUX, 2002). Na posição “sujeito de” educadores, recebemos as mudanças sempre com um sentido e olhar otimista, pois são necessárias para a abertura de críticas e outras “posições sujeito” (ORLANDI, 2017) e processos pensantes, ou seja, movimento do que a psicologia concebe como pensamento.

Afunilando nossas considerações iniciais, a educação e a saúde, sempre foram “temas” (RODIGUES, 2007), discursividades transversais e primordiais, porém tratados como laterais.

Nesse momento, todas as esferas sociais se viram obrigadas a analisar a educação e a saúde como prioridade, temas muitas vezes, “silenciada” (ORLANDI,

2017) “guardados” em gavetas ou estantes empoeiradas. Afinal, a posição sujeito de “pensar” que pode logo levar a questionar, deveria ser prioridade a posição de fazer críticos nas escolas, mas a cada dia, vemos a posição de tecnicismo mecânico ganhar sentido abertura e força. Mas ao invés de “passar uma boiada” (SALES, 2020)¹, importante receber esse momento como uma grande ilustração das incapacidades institucionais, estruturais e organizacionais das instituições públicas e privadas do nosso país, acrescentando cores e expondo em uma bela galeria, para que todos sejam capazes de sentar e consumir essas obras, por muito tempo guardado em locais distintos.

O objetivo nesse debate expositivo, é a reflexão sobre o sentido “natural” de humano para a comunidade escolar, mas o deslocamento para o desumano para quem se inscreve no espaço de criação, reinvenção e se “entrega” a realidades tão plurais reverberando sentidos alhures, mas ao mesmo tempo singulares nas necessidades estruturais e o que a Psicologia concebe como cognitivas.

Busca-se desenvolver algumas análises na ordem das discursividades sobre os planos de políticas educacionais, sem se referir a sentidos de mérito da crítica pela crítica, movimento “pobre” de reflexão, calcado no senso comum, porém com certa circulação atuante de alguma forma na nossa realidade nacional. Exporemos algumas demandas de sentidos às necessidades das escolas e salas de aulas, discursos desses espaços, referente à posição sujeito dos profissionais e dos estudantes, neste aspecto, quais seriam as metáforas sobre discursos de idealizações para eles? Como seriam se retornassem em outra “realidade”?

A partir das considerações até aqui, temos como objetivo geral, propor um quadro que demonstre uma discursividade em forma de paralelo descritivo entre os discursos das bases de políticas públicas educacionais e a nova “realidade”.

Assim, descrever alguns dos sentidos de necessidade da posição sujeito reflexiva que houve em alguns momentos históricos, ainda que de forma esparsas, mas agora a “luz” da comunidade, a proposta é analisar os discursos sobre os espaços estruturais e cognitivos do ambiente escolar.

¹ Expressão do então Ministro do Meio Ambiente em uma reunião Ministerial do Governo Jair Bolsonaro.

A partir das questões até aqui desenvolvidas, a nossa proposta é analisar também alguns discursos sobre metodologias e didáticas possíveis para esse retorno em uma visão interativa.

Relatório de campo

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Secretaria de Estado de Saúde publicou o primeiro Boletim Coronavírus em 28 de fevereiro de 2020, ele é composto por apenas três páginas, apresentado que havia 09 casos suspeitos, todos em Campo Grande, de pessoas que vieram de outros países (Tailândia, Itália e Coreia do Sul), mas ainda sem nenhum caso confirmado (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Já no Boletim Coronavírus publicado em 26 de fevereiro de 2021, há exatos 363 dias após a primeira publicação, o boletim, ele é composto por 39 páginas. Só pelo aumento de páginas em 1.300% dá para se perceber o quanto o Covid-19 se alastrou pelo estado de Mato Grosso do Sul. Segundo esse boletim, além das Unidades Básicas de Saúde espalhadas pelos municípios, há apenas 05 locais fora das UBS onde os exames são realizados.

Sobre a volta às aulas no ano letivo de 2021, Sindicatos de profissionais de educação, em conluio, lançaram uma Carta aberta aos trabalhadores da Educação Pública com 9 considerações pertinentes sobre o retorno às aulas, sendo elas:

1. Queremos voltar às atividades presenciais, mas com todas as proteções necessárias para garantir a segurança sanitária que evite a infecção pela COVID-19;
2. Que os Governos Estaduais tenham autonomia para a compra das vacinas aprovadas pela ANVISA ou importadas, e a sua distribuição junto com os insumos necessários;
3. Que os Governos e Secretarias Estaduais firmem ações concretas para garantia da vacinação dos(as) trabalhadores(as) em educação e a execução das normas sanitárias para o combate das novas variantes do Coronavírus;
4. Que o retorno das atividades presenciais, mesmo que escalonado e atendendo os critérios de distanciamento social, ocorra com a vacina de todas e todos trabalhadores (as) em educação;
5. Que seja garantida aos(as) trabalhadores(as) em educação, a manutenção do trabalho remoto e aos que retornarem, a garantia das condições necessárias de EPIs para a proteção individual (exigindo o fornecimento aos(às) trabalhadores(as)

terceirizados(as), assim como de infraestrutura condizentes para o distanciamento estabelecidos nas normas sanitárias);

6. Que o Governo do Estado forneça, adéque ou atualize equipamentos digitais (computadores, tablets e internet) para os(as) Profissionais em Educação;

7. Que o poder público nas suas diferentes esferas garanta uma política cooperada de promoção de segurança alimentar e nutricional, realizando a compra de alimentos da alimentação escolar e a entrega às famílias;

8. Diante do exposto, a FETEMS, os 74 SIMTEDs e os(as) Profissionais em Educação de Mato Grosso do Sul reiteram a posição de NÃO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS OU HÍBRIDAS SEM QUE TODOS E TODAS SEJAM VACINADOS(AS)!

9. Que esse trabalho seja acompanhado pelo Ministério Público, FETEMS, seus 74 SIMTEDs afiliados e sociedade civil (ACP, 2021)

Para compreendermos a realidade da sala de aula em Campo Grande MS no período pandêmico de ensino remoto em 2020, realizamos um levantamento de dados através do Google Forms. O relatório de campo foi criado por meio da plataforma Google Forms², propagando em grupos de WhatsApp e aplicado como link, nas redes sociais. A pesquisa foi aplicada entre os dias 14/08/2020 até o dia 21/08/2020. A pesquisa foi acessada/respondida por 59 pessoas. Essa plataforma foi utilizada com o intuito de agilizar a pesquisa e cumprir as medidas de isolamento social.

Inserimos nesse estudo dez perguntas objetivas com múltiplas escolhas, perguntas direcionadas ao processo de retorno às aulas, a descrição predial das instituições de ensino, a vontade pessoal e anseios. O formulário foi disponibilizado para estudantes, professores assim como para profissionais da saúde, obtendo assim uma objetividade no resultado.

Reflexão sobre o momento

Desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), de relevância ao cenário educacional, composta por Darcy Ribeiro, proporcionando uma estrutura séria e continua à educação, considerando enquanto acontecimento em seus deslocamentos de

² Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e podem ser usados para questionários e formulários de registro.

sentido. Mesmo com tido esforço inserido na construção do conjunto de Leis, houve silenciamentos de vários aspectos que nunca foram votados ou se quer foram inseridos como orientações, fugindo desta forma da obrigatoriedade, logo do sentido de cobranças. A complexidade entre leis e orientações torna-se maior quando analisamos a base da LDB que proporciona aos estados e municípios a autonomia para tomar decisões sobre alguns assuntos, como o quantitativo de alunos por sala. Discursos como esse, foi aberto para decisões em loco, para respeitar os plurais realidades do nosso país, porém ao invés da posição de respeito, existe o desrespeito enquanto contradiscurso, assim, as condições de produção da comunidade escolar, ainda no deparamos com salas de aulas que são transformadas em depósitos de alunos.

Debruçando sobre a LDB, podemos observar que:

O documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil e o parecer do Conselho Nacional de Educação nº 28/1998 recomendam que haja "uma professora ou um professor para cada seis a oito crianças de zero a dois anos; uma professora ou um professor para cada 15 crianças de três anos; uma professora ou um professor para cada 20 crianças acima de quatro anos".

A resolução 8/2010 do Conselho Nacional de Educação - CNE relativa ao custo aluno-qualidade inicial (CAQi, um indicador que descreve o valor mínimo a ser investido por aluno para que a educação tenha qualidade garantida) indica que o ideal são 13 alunos por turma de creche.

A Portaria CNE/CP nº 10, de 6 de agosto de 2009, que fornece indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020, estipula que deve haver, no máximo: "Na Educação Infantil: de zero a dois anos, seis a oito crianças por professor; de três anos, até 15 crianças por professor; de quatro a cinco anos, até 20 crianças por professor; No Ensino Fundamental: nos anos iniciais, 25 alunos por professor; nos anos finais, 30 alunos por professor; No Ensino Médio e na Educação Superior, até 35 alunos por professor (BRASIL, 1996).

Portanto, a posição discursiva do Estado não possui o efeito de sentido de poder de determinar obrigatoriamente uma relação de crianças por sala, por serem uma composição de orientações e não de leis. Esse "processo de subjetividade" (ORLANDI, 2012) tem a finalidade de respeitar as limitações e possibilidades dos

sistemas de ensino locais, uma vez que cada um possui números distintos de alunos, escolas, salas de aula, professores e funcionários administrativos.

Esta posição de flexibilização, no entanto, é alvo de amplos debates. Existem, no momento, diversos projetos de lei para firmar um número máximo de alunos por professor ou turma. De forma geral, essas propostas pretendem evitar a sobrecarga dos professores, além de permitir que alunos criem vínculos significativos com os colegas e educadores, porém esses projetos não seguem logo nos cabe mais essa reflexão. Qual seria motivo do silenciamento que não se despertou a indignação, ou sentido de “revolta” ou ainda a necessidade de reclamar sobre esse aspecto?

Os aspectos são relativos que entre as escolas privadas os espaços são cada vez menores entre alunos, levando em consideração o quantitativo x lucro, basicamente o mesmo discurso da educação pública, porém para o ensino público é quantitativo x menos gasto.

Busca-se nesta reflexão levantar aspectos pertinentes à educação, suas realidades diversificadas e trazer alguns exemplos, para que possamos demonstrar em nossa proposta de debate. Portanto, enquanto aspecto metodológico, produzimos uma entrevista com alguns professores, coordenadores e relatos pessoais, para que sejamos capazes de demonstrar os plurais realidades e seus sentidos e trazer esses aspectos a reflexões fáticas e reais.

A nível nacional, o espaço entre carteiras é de em média 1,0 m por aluno, o que no discurso de professores “experientes” no dia a dia funcional, é uma posição ideológica. Levando em consideração que todos os alunos possuem carteiras completas para estudo, essa distância poucas vezes é respeitada.

Trazer essa reflexão para uma perspectiva local, iremos considerar escolas da cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul. Assim, elucidar, evidenciar as escolas municipais, estaduais e particulares. Momento que será inserido dois exemplos de cada esfera para que possa emergir assuntos, temas e sentidos ao objeto desse debate.

Em Campo Grande, nas escolas da rede municipal, direcionadas ao ensino fundamental (1º ano – 9º ano), em suma, possuem carteiras plásticas com assento no mesmo material, com salas medindo em média com a capacidade para até 40 alunos, em relatos existirem salas com mais alunos.

As escolas da rede estadual, direcionadas ao ensino médio (1º ano – 3º ano), em suma, possuem carteiras plásticas com assento no mesmo material, com salas com a capacidade para até 45 alunos, em relatos existem salas com mais alunos.

Já as escolas da rede privada, esse quantitativo é marcado por relatividade, pois existem escolas que pertence a uma rede nacional que agrega até 100 alunos por turma, em um sistema chamado de inovador e interativo.

Neste sentido, o quadro abaixo embora simples, representa alguns dos aspectos e sentidos da realidade de sala.

REALIDADE DAS SALAS DE AULA EM CAMPO GRANDE – MS	
<p>01 - Qual posição ocupa na realidade escolar?</p> <p>() COORDENADOR () PROFESSOR () ALUNO () DIRETOR () ADMINISTRATIVO</p> <p>02 – Como é a sala de aula na minha escola?</p> <p>() Bastante espaço entre os alunos. () Pouco espaço entre os alunos. () Nenhum espaço entre os alunos.</p> <p>03 – Quantos alunos têm na minha sala?</p> <p>() mais que 60 () até 50 () até 40 () até 30</p> <p>04 – As salas de aula da instituição possuem janelas e ventilação?</p> <p>() sim, muito bom. () só janela () Apenas ar condicionado () péssimo</p>	<p>05 – Minha escola é;</p> <p>() Particular pequena () Particular grande () Pública municipal () Publica estadual () Instituto federal</p> <p>06 – Como vejo o retorno às aulas?</p> <p>() Quero, mas tenho medo. () Minha escola não possui estrutura. () Muito aluno por sala. () Será tranquilo, minha escola possui suporte.</p> <p>07 – Quanto ao ensino nesse momento.</p> <p>() Prefiro continuar de forma distante. () Quero voltar aos poucos. () Com aulas em plataformas e poucos encontros presenciais. () Com todos encontros presenciais.</p> <p>08 – Quanto tempo se dedica hoje aos estudos?</p> <p>() 1 – 4 horas () 5 – 8 horas () 9 – 12 horas () Não consegue delimitar.</p> <p>09 - Você deseja retornar as escolas de forma presencial quando?</p> <p>() Só ano que vem. () Esse ano ainda.</p> <p>10 - Você ou alguém próximo teve COVID-19?</p> <p>() Sim () Não () Ninguém da minha família, apenas amigos.</p>

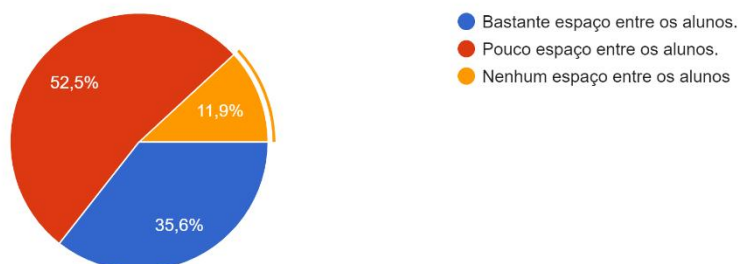
Essa pesquisa foi direcionada aos interessados em participar, por meio da plataforma do Google Forms, proporcionando uma agilidade, sigilo e pluralidade ao público direcionado. Gerando uma tabulação fática sobre os aspectos mencionados.

Das 59 pessoas que acessaram e responderam o Formulário, ao serem indagadas sobre a “posição que ocupa na realidade escolar”, 33,9% são pais ou responsáveis, 27,1% professores, 22% alunos e 17% outros (coordenador, diretor, manutenção, cidadão que já teve filho na escola).

Sobre o questionamento “como é sala de aula na minha escola”, 52,5% responderam que há pouco espaço entre os alunos, 35,6% bastante espaço entre os alunos e 11,9% nenhum espaço entre os alunos, conforme podemos verificar na figura 01.

Figura 01

Como é a sala de aula na minha escola?
59 respostas



Fonte: elaborado pelos autores, respostas obtidas através do Google Forms, 2020

Quando indagamos sobre a quantidade de alunos por sala de aula, 66,1% responderam que há até 30 alunos, 20,3% disseram até 40, 11,9% até 50 e 1,7% disseram ter mais de 60 alunos por sala de aula.

Ao argumentar sobre janelas e ventilação, um fator predominante nesse período de pandemia e pós pandemia, 40,7% disseram que “sim, muito bom”, 27,1% das salas de aula só possuem janela, 16,9% apenas ar condicionado e 15,3% classificam como péssimo.

Para compreender um pouco sobre a escola das pessoas que responderam os questionários, “minha escola é” 32,2% “particular e pequena”, 28,8% “particular e grande”, 27,1% “pública municipal”, 11,9% “pública estadual” e 0% de instituto federal.

Sobre a pergunta “como vejo o retorno às aulas”, 27,3% responderam que “quero, mas tenho medo”, 25,4% responderam que sua escola não possui estrutura, 20,3% argumentam que são muitos alunos por sala e 16,9% acreditam que “será tranquilo, minha escola possui suporte”.

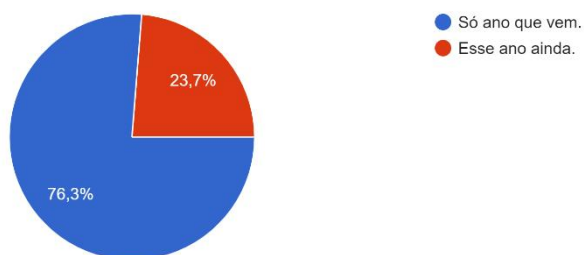
No atual momento, as escolas estão trabalhando no sistema remoto e, ao serem questionados sobre o “ensino nesse momento”, 54,2% preferem continuar de forma distante, 18,6% querem voltar aos poucos, 15,3% optam por todos os encontros presenciais e 11,9% com “aulas em plataformas e poucos encontros presenciais”.

Sabe-se que, no atual momento, dedicar-se aos estudos de forma remota para manter a rotina e não acumular atividades é imprescindível. Ao serem questionados sobre o tempo dedicados aos estudos e trabalho, 37,3% não conseguiram delimitar, 30,5% de 01 a 04 horas/dia, 18,6% de 05 a 08 horas, 13,6% de 09 a 12 horas.

Outro dado levantado pelos pesquisadores refere-se ao retorno às aulas, 76,3% preferem só no próximo ano e 23,7% ainda este ano, conforme verificado na figura 02.

Figura 02

Você deseja retornar as escolas de forma presencial quando?
59 respostas



Fonte: elaborado pelos autores, respostas obtidas através do Google Forms, 2020

Ao serem indagados sobre o fato de terem contraído ou alguém próximo que tenha contraído o COVI-19, 42,2% responderam que ninguém da família contraiu, apenas amigos, 39% disseram que sim e, 18,6% disseram que não.

Interesse pela sala de aula pós pandemia

Mais uma vez, a falta de investimento suficiente na educação nos salta os olhos, a pandemia trouxe à margem a falta de interesse público em esferas primordiais à população, como saúde e educação.

Sobre a educação, é percebida a falta de investimento pontuais na formação dos profissionais, do letramento digital, dos sistemas e equipamentos para somar ao processo de ensino. Nesse momento, a maioria dos profissionais da educação usa em seus lares dos seus dispositivos tecnológicos, das ferramentas possíveis e do improvisado necessário, em tentativas de entregar o melhor aos alunos, pois as cobranças institucionais são muitas, mas o suporte e despreparo igualmente quantitativo.

Se hoje perguntar aos diretores, aos coordenadores, aos gestores, sobre as distinções entre aula *on line*, interativa, presencial, entre outros fatores referentes a procedimentos didáticos, muitos talvez não saibam de forma precisa as respostas, mas sabem que é necessário fazer. Inserindo mais uma vez o domínio de corpo e da massa, mas silenciando conhecimento, a qualidade e a pluralidade metodológica.

A compreensão e seus sentidos sobre a prática discursiva, ou ato interditar, de proibir o uso de celulares nas salas de aulas, sem argumentos, apenas com o intuito de proibir, ato doutrinário mais fácil que letrar, hoje se vê como o ato de ensinar é intrinsecamente conectado com o ato de apreender. Vemos que os jovens alunos já usavam ferramentas de interação para trocar conhecimento.

Considerando as questões colocadas, como será a sala de aula pós pandemia? Será que o interesse pelas salas de aulas abafadas, lotadas de alunos barulhentos se deslocará ou irá sofrer deslizamentos? Temos alguns discursos sobre escolas até sem água, lanche sem qualidade, ainda se terá o mesmo interesse ou até mesma função que antes? Será que após sentir que são capazes de estudar e aprender com ferramentas interativas, a experiência não produzira afetação de sentidos? Pois, o domínio das estruturas de ensino conseguirá ser as mesmas? O que poderia melhorar? Que tipo de conhecimento o acontecimento discursivo do isolamento social imposta pelo COVID 19?

Essa última pergunta, talvez devesse, entre outras, ser a inquietude dos gestores responsáveis pela administração da educação, mas que, em alguma medida, possa conceber a necessidade deslocamento de sentidos talvez “brutais”, como essa pandemia que deslocou de um cotidiano para outro de forma abrupta. De alguma forma, para inscrever certas reflexões “rasgadas” aos olhos daqueles que querem ver e sentir, ou

seja, para uma certa posição sujeito que se capaz de perceber os efeitos de sentidos consoante com o nosso roteiro de questões.

Há um movimento enquanto prática discursiva comum no estado de Mato Grosso do Sul que é o de fechar escolas, práticas com sentido de naturalidade à gestão atual. É possível conceber e talvez mesmo ser repensada a partir de reivindicação da comunidade escolar e da sociedade como um todo. Pois, as perguntas como já foram mencionadas, é possível considerar que seja possível emergir ao possível retorno. Nesta perspectiva, possa ter alguns desdobramentos, tais como, menos alunos por sala, ventilação natural, limpeza, manutenção, interação social com segurança, alunos especiais e os desafios dentro das salas superlotadas, são aspectos simples que já deveriam estar em movimento.

Segurança e saúde nas escolas

O grande ponto mencionado em rodas de debates ou discursividades entre gestores de escolas particulares, diretores das escolas públicas, secretários de educação, prefeitos, entre outros, é como voltar às aulas? Algumas experiências de outras realidades que está em curso ou que já aconteceu, tem servido de referência, como na Europa, são os planos orgânicos. Porém, em uma realidade brasileira, a questão é compreender os pontos de distanciamento da nossa cultura, que é distinto em muitas questões, e às vezes copiamos modelos sem levar em consideração nossas realidades e conjuntura política.

Algumas instituições no Brasil a fora, já voltaram às aulas, principalmente das crianças até sete anos. O que para muitos estudiosos, é uma posição problemática uma “tolice” ou mesmo com sentidos de irresponsabilidade em face da gravidade que nos coloca o discurso da medicina – instituições de pesquisa, pesquisadores, órgãos diversos - sobre a pandemia. Mas, a compreensão de todas as esferas sociais, tais como, os pais que precisam trabalhar, as crianças que precisam ter momentos de distração, interação e aprendizagem, as instituições privadas que precisam justificar as mensalidades e sobreviver a essa pandemia. Algumas dessas reflexões veem de encontro a falta de ações públicas ou insuficiente para essas esferas. Há, “falta”, por exemplo, de um ministro da educação e da saúde, a meio de uma das maiores crises pandêmicas da história mundial.

O discurso do Estado prevê ou estima o retorno agendado a nível Brasil será dia 24 de agosto, porém essa data é vista por estudiosos como não planejada e inconsequente, para Prof. Eduardo Massad da Faculdade Getúlio Vargas, sua posição discursiva sustenta que as aulas não podem voltar em 2020, o ideal é ser respeitoso com a vida, organizando as escolas e sistema educacional para o próximo ano letivo.

Absolutamente [a aula] não pode voltar em setembro. E completa: Fiz a conta hoje [terça-feira, 14] sobre a volta às aulas. Nós temos, no Brasil, 500 mil crianças portadoras do vírus zanzando por aí. Se você abrir, agora em 1 de agosto, mesmo usando máscara, mesmo botando distância de dois metros, no primeiro dia de aula nós vamos ter 1.700 novas infecções, com 38 óbitos. Isso vai dobrar depois de 10 dias e quadruplicar depois de 15 dias. Então, abrir as escolas agora é genocídio. Agência Fapesp e o Instituto Butantam, 14 de julho de 2020.

Considerações Finais

A proposta de reflexão desenvolvida até sobre o retorno às aulas após ou mesmo durante pandemia do COVID 19, as questões abordadas, embora elementares e insuficientes para compreender a dimensão social e política que nos envolve. Outro ponto a considerar, diz respeito é que estamos no desenvolvimento ou curso do processo de pandemia, condição que nos deixa sem um referencial com certa segurança em relação aos planos de ação e conduta.

O que temos são algumas experiências ainda em curso, algumas com sentidos que apontam uma certa segurança, outras que não foram bem sucedidas. De forma geral, há uma reverberação de sentidos tensos na ordem do político e dos órgãos ou instituições internacionais ou posição de países.

Uma outra questão a abordar, ela diz respeito aos discursos que marcam posições ideológicas distintas entre a ordem do político (governo federal, estadual e municipal) e a ordem do conhecimento sistemático da ciência. Além do enfrentamento direto com as questões econômicas, sociais, sanitárias, educacionais, no Brasil a tensão direta entre a ordem do político se confronta diretamente com a ordem discursiva da ciência tentando desqualificá-la em suas posições.

Este enfrentamento contribui para desinformar e para desorientar em suas práticas discursivas e não discursivas à população e os demais órgãos sobre como deverá ser o retorno às aulas.

Diante de um quadro de tensão nos sentidos do retorno às aulas ou como enfrentar a pandemia, esta tensão nos sentidos marca também uma disputa entre as instituições do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – cuja tensão ocupa a maior parte dos debates sobre a pandemia. Debate este que em alguma medida torna menos significativo em sua dimensão a posição discursivas da comunidade escolar.

Uma possível tomada de posição deveria considerar de forma sistemática a compilação em que professores, os alunos, as coordenações tivessem um espaço significativo para “colher” as narrativas do cotidiano das aulas remotas e a partir delas, e juntamente com a discursividade da ciência, pensar estrategicamente um retorno que garante além da qualidade do ensino, sempre almejada, mas também e sobretudo, a garantia da segurança da vida nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACP. SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ACPMS.COM.BR/CARTA-ABERTA-DOS-TRABALHADORES-DA-EDUCACAO-PUBLICA/](http://www.acpms.com.br/carta-aberta-dos-trabalhadores-da-educacao-publica/). ACESSO EM 20 FEV. 2021.

BRASIL. LEI Nº. 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. BRASÍLIA, DF: 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. BOLETIM CORONAVÍRUS DE 28/02/2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.VS.SAUDE.MS.GOV.BR/GERAL/VIGILANCIA-SAUDE/VIGILANCIA-EPIDEMIOLOGICA/BOLETIM-EPIDEMIOLOGICO/COVID-19/](https://www.vs.saude.ms.gov.br/geral/vigilancia-saude/vigilancia-epidemiologica/boletim-epidemiologico/covid-19/). ACESSO EM: 25 FEV. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. BOLETIM CORONAVÍRUS DE 26/02/2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.VS.SAUDE.MS.GOV.BR/BOLETIM-CORONAVIRUS-COVID-19-345/](https://www.vs.saude.ms.gov.br/boletim-coronavirus-covid-19-345/). ACESSO EM: 26 FEV. 2021.

ORLANDI, E. P. ANÁLISE DO DISCURSO PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS. CAMPINAS, SP: PONTES, 1999.

ORLANDI, E. P. AS FORMAS DO SILÊNCIO. NO MOVIMENTO DOS SENTIDOS. 4ª. ED. CAMPINAS, SP: EDITORA DA UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. EU, TU, ELE. DISCURSO E REAL DA HISTÓRIA. CAMPINAS, SP: PONTES, 2017.

PÊCHEUX, M. O DISCURSO. ESTRUTURA OU ACONTECIMENTO. 3ª. ED. CAMPINAS, SP: PONTES, 1997.

PÊCHEUX, M. SEMÂNTICA DISCURSIVA. UMA CRÍTICA À AFIRMAÇÃO DO ÓBVIO. CAMPINAS-SP: EDITORA DA UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, MARLON LEAL. MST: DISCURSO DE REFORMA AGRÁRIA PELA OCUPAÇÃO. ACONTECIMENTO DISCURSIVO. TESE DE DOUTORAMENTO, IEL-UNICAMP. CAMPINAS, SP, 2007.

RADIOTERAPIA MATER DEI. A RADIOTERAPIA NO COMBATE AO CÂNCER COLORRETAL. IN. MATER DEI RADIOTERAPIA. 2016. DISPONÍVEL EM:

Para Citação:

JONUSAN, Geiser W. Barreto Jonusan e SILVA, Juliana Cristina Ribeiro da Silva. O Retorno Às Salas De Aula, Como Será?. In: Web-Revista Discursividade, Estudos Linguísticos, Volume 26, ISSN 1983-6740, Fevereiro/2024. Pp: 68- 81
Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br>